

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Depois do Bloco de Esquerda, no passado dia 18 de setembro, ter alertado para o encerramento noturno do Serviço de Urgência de Ginecologia-Obstetrícia no Hospital Fernando da Fonseca a partir de dia 21 de setembro, eis que surgem novas indicações da unidade. Indicações preveem um horário de contingência até, pelo menos, as duas primeiras semanas de outubro. As informações a que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso dão conta de um atendimento condicionado em vários dias.

Os condicionamentos recentes dizem respeito às 20h00 do dia 28 de setembro e até 20h00 do dia 29, das 20h00 do dia 30 até às 8h00 do dia 1 de outubro, das 8h00 até às 20h00 do dia 4 de outubro, das 8h00 de dia 7 até às 8h00 de dia 8, das 8h00 às 20h00 do dia 9 e dia 10, das 8h00 de dia 12 até às 8h00 de dia 13 e das 20h00 de dia 13 até às 8h00 de dia 14.

Todas estas datas e horários são seguidas de uma nota informativa dando conta do atendimento condicionado, assegurando a triagem na urgência de todas as doentes inscritas e limitando o seguimento apenas às emergências, podendo as restantes serem transferidas de unidade.

Esta situação preocupa ainda mais o Bloco de Esquerda, uma vez que, a dificuldade na resposta no serviço de Ginecologia-Obstetrícia durante todo este período irá resultar na sobrecarga dos serviços de outros hospitais e na falta de camas nas enfermarias dessas unidades, colocando até a existência do serviço em causa.

A estes problemas junta-se a necessidade de responder a esta nova realidade, nomeadamente a de isolar grávidas infetadas que testem positivo à Covid-19. Isto numa altura em que a percentagem de grávidas infetadas com covid-19 nos concelhos abrangidos pelo hospital era, ainda no mês de agosto, a mais elevada da região Sul.

Perante as novas informações, todas as grávidas não urgentes dos concelhos abrangidos pelo Hospital serão encaminhadas para os Hospital de Santa Maria, a Maternidade Dr. Alfredo da

Costa, o Hospital São Francisco Xavier e o Hospital de Cascais. Para além do óbvio transtorno devido à distância entre as unidades e a sobrecarga desses serviços.

Este é novamente um exemplo da urgente necessidade em reforçar o número de profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Estes tipos de situações têm sido recorrentes e perfeitamente evitáveis. Temos alertado e questionado sobre estes encerramentos um pouco por todo o país e para a necessidade de contratação de profissionais e reforço das unidades de saúde. Não faz sentido nenhum limitar a resposta e obrigar grávidas a deslocarem-se a outros concelhos apenas porque não se quer investir num hospital tão essencial e que serve uma população de mais de 600 mil habitantes.

Embora, aquando da primeira pergunta, o Hospital Amadora-Sintra já se tenha pronunciado sobre o assunto, admitindo uma articulação estreita com o Ministério da Saúde e a ARS de Lisboa e Vale do Tejo de forma a encontrar uma solução adequada e concretizável, ainda nada foi concretizado, tendo aliás, estas informações representado um passo atrás.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde intenções de solucionar de forma célere esta situação?
2. O que motivou a imposição deste horário de contingência no serviço?
3. Que medidas estão a ser tomadas em conjunto com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo e o Hospital?
4. Está disposto o Governo a dotar a unidade em questão com os profissionais necessários à manutenção do Serviço de Urgência de Ginecologia-Obstetrícia no horário noturno?

Palácio de São Bento, 1 de outubro de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

MARIANA MORTÁGUA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JORGE COSTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)